

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO EM ARACAJU/SE: tendências e desafios no contexto pandêmico

REMUNERATED HOUSEHOLD WORK IN ARACAJU/SE: trends and challenges in the context of the pandemic

Larissa Feitosa da Rocha¹
Flávia Augusta Santos de Melo Lopes²

RESUMO

As abordagens sobre o mundo trabalho têm incorporado elementos conjunturais que tangenciam as alterações trazidas a partir das últimas décadas do século XX, entre estas, as relações de gênero e os processos de precarização. Este trabalho tem o objetivo de analisar as tendências do trabalho doméstico remunerado no cenário da pandemia, a partir da realidade do município de Aracaju/SE. A pesquisa caracterizou-se documental, tomando por base relatórios IBGE/PNAD, entre outros, e coleta de dados em parceria com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Aracaju/SE. Como resultados parciais, apontam-se mudanças no perfil das trabalhadoras a partir da idade, escolarização e moradia, além de estratégias coletivas e de solidariedade construídas no cenário da pandemia.

Palavras-chave: Trabalho doméstico remunerado; Trabalho feminino; Aracaju.

ABSTRACT

Approaches to the world of work have incorporated conjunctural elements that touch on the changes brought about in the last decades of the 20th century, including gender relations and processes of precariousness. The aim of this study is to analyze trends in paid domestic work in the pandemic scenario, based on the reality of the municipality of Aracaju/SE. The research was characterized by documentation, based on IBGE/PNAD reports, among others, and data collection in partnership with the Aracaju/SE Domestic Workers Union.

¹ Assistente Social da Universidade Federal de Sergipe (Campus de Lagarto) e mestra em Serviço Social (PROSS - UFS). E-mail para contato: larijanajuno@gmail.com

² Assistente Social, docente na Universidade Federal de Alagoas, mestra em Educação (UFS) e doutora em Serviço Social (UFPE), flavia.augustasm@hotmail.com.

The partial results show changes in the profile of the workers based on age, schooling and housing, as well as collective strategies and solidarity built in the pandemic scenario.

Keywords: Paid domestic work; Women's work; Aracaju.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico é um componente histórico que perpassa o processo da formação brasileira. De maneira mais presente no cotidiano, se manifesta através da realização das atividades inerentes à esfera privada -no ambiente da casa- que se constitui como atividade de menor valor. Em se tratando do trabalho doméstico remunerado, as características mais acentuadas carregam componentes de gênero, raça e classe social. É realizado majoritariamente por mulheres negras que compõem o contingente da classe trabalhadora alijada dos acessos às políticas sociais e de oportunidades de ascensão.

Vivenciamos recentemente a pandemia da covid-19 e em todos os aspectos da vida humana sofremos consequências graves e profundas. No Brasil, pesquisas apontaram que as mulheres pobres foram as mais atingidas social e economicamente. Uma das razões foi a falta de políticas públicas de Estado para proteção social das mulheres. Por esse motivo também as trabalhadoras domésticas remuneradas sofreram impactos profundos com a pandemia. Desde demissões sem direitos garantidos, contaminação e óbito por covid-19 contraída dos patrões, ataque à direitos básicos como proibição de ir e vir, falta de pagamento por seus serviços, cárcere privado, violência física e psicológica expressando os muitos casos de resgate de trabalhadoras em situação análoga à escravidão durante esse período.

O presente estudo, de caráter documental, tem o objetivo de analisar as tendências do trabalho doméstico remunerado no cenário da pandemia, a partir da realidade do município de Aracaju/SE.

Metodologicamente, este estudo empregou análise das fontes de dados, além dos formulários coletados no sindicato, lançou-se mão de levantamento bibliográfico, documental, dados de instituições de pesquisa e estatística como o PNAD, IBGE, artigos científicos e jornalísticos, teses e dissertações.

O trabalho está organizado em cinco itens: a presente introdução; as relações de trabalho no contexto capitalista contemporâneo e a condição da mulher; o panorama do

trabalho doméstico remunerado em Aracaju/SE a partir do perfil das trabalhadoras; os desafios e tendências que marcaram o contexto pandêmico e considerações finais.

2 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO E A CONDIÇÃO DA MULHER

O modo de produção capitalista inaugurou, a partir da Revolução industrial, formas de relações entre os homens que os distinguiram em classes. Para os trabalhadores, a mercadoria força de trabalho é o bem de valor a ser comercializado.

O movimento de desenvolvimento das forças produtivas incorpora as transformações econômicas, políticas e sociais acumuladas nos últimos séculos e que, de acordo com teóricos marxistas como Lênin e Mandel, manifestam-se na atualidade na fase imperialista tardia.

No Brasil, a formação sociohistórica do capitalismo teve como marcos a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), ambas compuseram a Revolução Burguesa Brasileira. Demonstrando que a “base da constituição da sociedade capitalista – a troca mercantil – não é um dado natural, mas uma construção histórica. O mercado ou sociedade civil não seria possível sem instituições, direito e política” (ALMEIDA, 2021, p. 167).

Porém, a abolição da escravidão no Brasil não significou que as relações desiguais entre a classe dominante e a classe subalterna fossem extintas, ao contrário. Todo o processo de imigração de mão de obra branca, para a crescente demanda na agricultura, significou uma tentativa de branqueamento nacional. Deixando a população negra, recém liberta, à margem da sociedade e em condições desiguais de acesso pleno à cidadania. O processo de transição capitalista no Brasil aconteceu num “contexto em que vários argumentos a favor da imigração vão encobrir o projeto burguês de desenvolvimento capitalista brasileiro nos moldes europeu e branco” (MARTINS, 2016, p. 22).

Apesar do processo de libertação de negras e negros escravizados, a vida dessas pessoas fora dos muros das senzalas foi à margem da urbanização, do mercado de trabalho e do acesso a serviços públicos básicos.

Nunca, na história das sociedades, se desenvolveu um racismo tão dissimulado como o da sociedade brasileira. A rigor, aqui se produziu um tipo de racismo sofisticado e perverso que, amparando-se no discurso da ‘democracia racial’, construiu desigualdades, violação de direitos e violência. Na verdade, o racismo brasileiro foi

uma estratégia capaz de garantir a omissão do Estado frente à desigualdade racial forjada no âmbito de uma igualdade formal. (MARTINS, 2013, p. 13-14)

Camila Avelino, em sua tese de doutorado, intitulada “Os Sentidos da Liberdade: trajetórias, abolicionismo e relações de trabalho no Vale do Cotinguiba no pós abolição (Sergipe, 1880-1930)”, relata que em Sergipe, locus do nosso estudo, mais especificamente na cidade de Aracaju, os libertos e livres pobres se estabeleceram “[...] na região limítrofe da cidade, em bairros que foram surgindo nos arredores, a exemplo da Estrada Nova, Jabotiana e outros bairros localizados no subúrbio [...]” (AVELINO, 2018, p. 236).

A autora segue descrevendo a situação dos libertos no meio rural e da inconformidade dos ex-senhores com o fato destes trabalhadores, nos pós abolição, estarem em mudança constantemente, sem fixar-se em um trabalho. Para ela isso demonstrava que os trabalhadores não aceitavam aquelas condições de trabalho iguais às do cativo.

Em Sergipe, proprietários rurais buscaram a atuação direta do Estado no encaminhamento da organização do trabalho livre. [...] as elites pediam leis que regulamentasse o trabalho e que obrigassem os trabalhadores egressos da escravidão a cumprirem contrato de trabalho, sob pena de serem presos por vadiagem, caso não apresentassem “papeleta” que comprovasse estarem em trabalhos fixos. (AVELINO, 2018, p. 227)

O Estado era usado para intervir a favor da elite em detrimento dos trabalhadores libertos e livres. O Estado que deveria prover proteção social aos recém libertos, atuava, por outro lado, com o objetivo de garantir que os interesses dos ex-senhores fossem priorizados. Isso refletia-se na falta, como já dito, de políticas públicas de habitação, saúde, trabalho e demais, para aqueles ex-escravos no pós abolição, além da vigilância e punições praticadas por agentes públicos. Avelino relata que “[...] os trabalhadores livres (e libertos), que buscaram na nova capital reorganizar suas vidas com o fim do cativo, passaram a viver em meio a condições precárias de subsistência e trabalho” (AVELINO, 2018, p. 243-244). Essa realidade era agravada em razão da cor da pele, pois “[...] a população afrodescendente era constantemente vigiada em Aracaju. As práticas tidas como indesejáveis, de vadiagem [...], eram criminalizadas, resultando, assim, em uma maior opressão dessa população pelas autoridades públicas” (AVELINO, 2018, p. 244).

A situação das mulheres libertas era muito próxima à vivida no cativo, tanto na ocupação de trabalho, quando na vivência de castigos físicos e violência sexual. Avelino demonstra que em Sergipe, a ocupação das mulheres continuou concentrando-se no trabalho

doméstico remunerado. As mucamas passaram a vender sua força de trabalho exercendo a mesma função. Em sua tese ela traz dados que demonstram um perfil específico da faixa etária, prevalecendo a idade variável entre dez e vinte cinco anos de idade, onde a maioria destas mulheres eram solteiras, de cor preta, analfabetas e que ocupavam posição majoritariamente de domésticas.

O cenário histórico, fincado sob as particularidades do Brasil, demonstra que o trabalho doméstico tem marcas enraizadas na escravidão. Portanto, há que se demarcar a condição de raça, classe e gênero como seus determinantes.

As características contemporâneas do modo de produção capitalista, a partir da reestruturação produtiva, especialmente no trânsito entre o final da década de 1960 a 1970, incidem em inúmeras alterações na produção e reprodução social. Analistas indicam um processo de crise do capital, em seu estágio de estagnação, onde as respostas encontradas recaem mais duramente na agudização dos processos de exploração da classe trabalhadora. As mulheres, como sujeitos que também compõem esta classe, são mais aviltadas no que toca o acesso a posições, ocupações e remuneração em postos de trabalho.

No Brasil, o reconhecimento da legislação sobre trabalho doméstico, encontra registros desde as primeiras décadas do século XX. Conforme Rocha,

[...] desde 1923 já existia o Decreto-Lei 16.107/1923 que regulamentava e “identificação dos locadores de serviços domésticos” através de uma carteira. Já no período de Getúlio Vargas, ele “emitiu norma que obrigava a assinatura da CTPS (o Decreto 21.175/1932 obrigava assinatura da CTPS para todos os maiores de 16 anos; o Decreto-lei 3078/1941 determinava a assinatura da CTPS da empregada doméstica) desde 1932[...].” (Andrade, 2015, p.29). Com a Constituição de 1988 alguns direitos trabalhistas foram assegurados, apesar de que dos 32 incisos do artigo 7º, apenas 9 eram garantidos às trabalhadoras domésticas. Em junho de 2011 foi finalizada a discussão sobre o tema “trabalho decente” para as trabalhadoras domésticas, que definiu a adoção de um instrumento internacional de proteção ao trabalho doméstico remunerado chamado “Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos nº 189”, acompanhada de uma Recomendação nº 201. (ROCHA, 2023, p. 52)

E, apesar disto, ainda hoje as trabalhadoras domésticas encontram dificuldades e barreiras para o cumprimento dos seus direitos por parte dos empregadores. Muitas, inclusive, continuam vivenciando trabalhos em situação análoga à escravidão, como ficou evidenciado durante a pandemia de covid-19.

3 O PANORAMA DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO EM ARACAJU/SE A PARTIR DO PERFIL DAS TRABALHADORAS

Situada no nordeste brasileiro, Aracaju é a capital do menor estado da federação. Suas características sociodemográficas, explicam a posição regional a qual o contexto do trabalho doméstico remunerado se localiza. No último censo realizado (2022), a população da cidade totalizava 602.757 habitantes. O IBGE revela que,

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34,76%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 5 de 75 e 1 de 75, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 248 de 5570 e 380 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 75 de 75 dentre as cidades do estado e na posição 3400 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2022)

Apesar de já ter sido considerada “a capital da qualidade de vida”, a cidade aglutina seus níveis de desigualdades, manifestados na segregação da população em zonas específicas de moradia, precariedade do transporte e oferta nos serviços públicos, entre outros.

Na pesquisa que realizamos com trabalhadoras domésticas remuneradas vinculadas ao Sindicato das Domésticas de Sergipe – SINDOMÉSTICA-SE, foi possível identificar a discrepância existente nos bairros de Aracaju e o lugar social “de onde vêm” as trabalhadoras domésticas entrevistadas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se desenvolveu a partir da perspectiva crítica, com fundamentos teóricos a partir de referenciais marxistas. Caracterizou-se documental e de campo, através de assessoria junto ao SINDOMÉSTICA-SE. Entre os meses de junho a setembro de dois mil e vinte três, houve aplicação de questionário semiestruturado, com a finalidade de construir o panorama do trabalho doméstico remunerado em Aracaju/SE e o conseqüente perfil das trabalhadoras.

Foram entrevistadas trabalhadoras de várias regiões do estado, porém a maioria delas trabalhando em Aracaju. Demonstrando um fluxo migratório interno do rural para o urbano e do interior para a capital, tendência essa observada mundialmente no que tange ao trabalho do cuidado.

Em relação à localidade das residências em que estas mulheres trabalham, a maioria encontrava-se em bairros que apresentam uma população de maior poder aquisitivo, fora das

regiões periféricas. Uma delas trabalhava na cidade da Barra dos Coqueiros, todavia, a residência ficava localizada no condomínio Alphaville, considerado de alto padrão. Em contrapartida, o local de residência ou de origem (já que muitas dormiam no local de trabalho) dessas trabalhadoras eram em bairros periféricos, onde a população encontra-se em situação de pobreza e extrema pobreza, conforme aponta a “Mapografia Social do Município de Aracaju”, divulgada em 2019 pela prefeitura da cidade:

[...] são pontos com extrema vulnerabilidade social, com famílias vivendo em condições precárias, marcadas por altos índices de analfabetismo e baixa escolaridade, que dificultam o acesso ao mercado de trabalho formal, comprometem as relações sociais no território e relegam a sua população a formas de emprego precárias e até degradantes. (2019, p. 9)

Ou seja, regiões literalmente periféricas, distantes da região central, do comércio, locais de lazer, órgãos públicos, dificultando o acesso aos espaços e serviços necessários para o “bem viver”. O que se torna mais alarmante quando lançamos o olhar sobre a autodeclaração de cor da pele, pois 80% das trabalhadoras entrevistadas se declararam como negras ou pardas. Confirmando o que traz a nota informativa nº 2/2023 MDS/SNCF intitulada “Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado”.

Nela consta que em 2022 o trabalho doméstico era “[...]a ocupação de 5,8 milhões de pessoas, sendo 92% mulheres e 61,5% mulheres negras. Trata-se da categoria que mais emprega mulheres em nosso país, principalmente mulheres negras com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda” (MDS, 2023).

No que se refere ao exercício do trabalho, 72% das entrevistadas não estavam inseridas no serviço doméstico em uma casa fixa. Ou seja, algumas estavam desempregadas, outras inseridas em trabalhos informais como cabeleireira, revendedora de roupas, ou mesmo como diarista, mas sem casa fixa, como mencionado. Em relação ao vínculo trabalhista, das que estavam trabalhando em casa fixa (14 delas), metade das trabalhadoras não estavam com carteira assinada.

Em relação ao tipo de trabalho doméstico que exerciam antes ou após a pandemia de covid-19, a maioria era mensalista (19), seguido de diarista (9), mensalista e diarista (4), cuidadora de idosos (4), diarista e cuidadora de idosos (2), diarista e cozinheira (1), babá (1) e aquelas que não deram precisão do que exerciam (9).

4 OS DESAFIOS E TENDÊNCIAS QUE MARCARAM O CONTEXTO PANDÊMICO

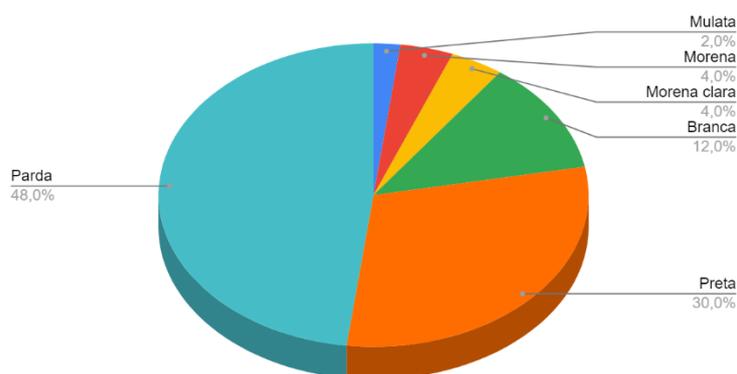
O cenário pandêmico, do ponto de vista mais totalizante, não pode ser explicado exclusivamente como “questão de saúde pública mundial”, ele revela as contradições do sistema capitalista que em sua sanha pela manutenção das taxas de lucro e superlucros, opera sobre as bases da exploração da força de trabalho e do esgotamento dos recursos naturais.

Além do aspecto predatório direto, com as mortes em escalada crescente, o país vivenciou uma onda de negacionismo que repercutiu como estratégia do governo federal em responder de maneira desorganizada, aos impactos causados pelo vírus. Aí reside a estratégia política de eliminação das populações mais vulnerabilizadas.

A desproteção social estatal é uma constatação direta que se aprofundou na pandemia. Como afirma , Yazbek et al.

[...] nas últimas décadas, o capital financeiro assumiu o comando no processo de acumulação, de forma que o campo de sua acumulação não mais apresenta fronteiras de qualquer ordem (Marques, 2018, p.11). Seu domínio sobre o capital produtivo traz consequências graves à “classe que vive do trabalho” com a manutenção de taxas elevadas de desemprego, insegurança e instabilidade nos empregos, crescimento do trabalho informal, redução dos salários, precarização das relações de trabalho, incluindo terceirizações e contratos por prazos determinados, entre outros aspectos. Tal situação se agrava quando se fala de mulheres negras. (YAZBEK et al., 2021, p. 9)

Gráfico 1– Autodeclaração da cor da pele



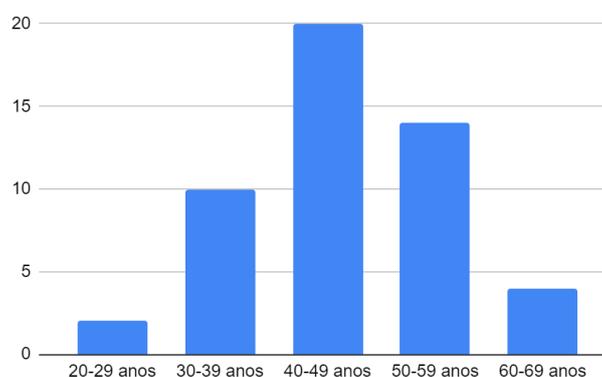
Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023)

A identificação da perspectiva racial como desdobramento das desigualdades é manifestada nos resultados da pesquisa a partir da autodeclaração da cor de pele. As

trabalhadoras se identificaram como mulatas, morena, morena clara, preta, parda e branca. Do total, 12% das respondentes eram brancas. Esse dado coaduna com a afirmação acima mencionada, no que tange aos agravamentos das condições de trabalho e a questão de raça e gênero.

Entre os desafios apontados pela pesquisa, observam-se as tendências pela busca de cobertura estatal no período da pandemia - principalmente em função da necessidade do distanciamento social e perda de postos de trabalho. Das cinquenta mulheres entrevistadas, somente dezessete estavam atendidas por programas de transferência de renda, contudo, quarenta e duas estavam inseridas no cadastro único de programas sociais do governo federal.

Gráfico 2 – Faixa etária das trabalhadoras

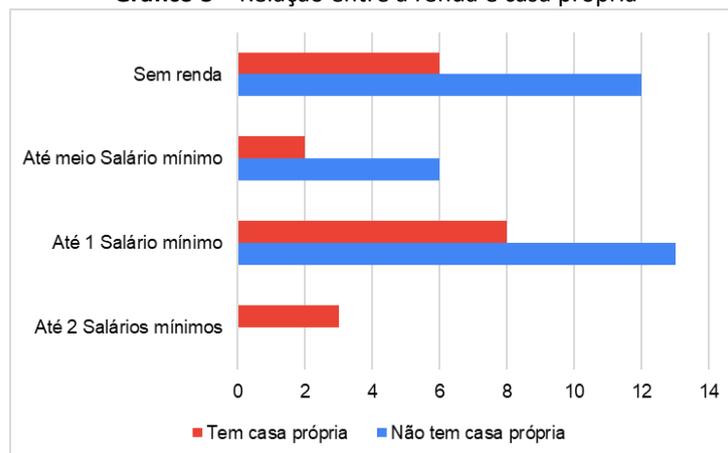


Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023)

Outra tendência apresentada, diz respeito a um “envelhecimento” do perfil das trabalhadoras domésticas em Aracaju. A faixa etária mais predominante está caracterizada entre as idades de 40-59 anos, diminuindo a inserção das jovens entre os 20 anos idade na atividade, configurando-se uma quebra entre as possibilidades de opção do trabalho doméstico para as novas gerações.

O dado geracional, revela importantes sinalizações sobre as oportunidades de escolarização e formação profissional, ou seja, as trabalhadoras domésticas manifestam os esforços para que suas filhas optem por outras formas de empregabilidade, como telemarketing, o que sinaliza para as alterações inerentes aos processos de reestruturação produtiva e as atuais formas precárias de trabalho remunerado não doméstico.

Gráfico 3 – Relação entre a renda e casa própria



Fonte: dados obtidos a partir do SINDOMÉSTICA – elaboração própria (2023).

Outra consideração importante, envolve a condição de moradia das trabalhadoras. Cerca de 45% das respondentes não possuem casa própria, evidenciando uma forte ausência do poder público na cobertura do acesso à moradia e que transversaliza com a ausência de demais acessos a serviços públicos de saneamento básico, oferta de transporte público adequado para deslocamento ao trabalho, entre outros.

Na ausência dos postos de trabalho, tão intensificada pela pandemia, o sindicato das domésticas ocupou lugar estratégico na mediação pelo acesso a itens básicos para as trabalhadoras que demandavam. A perspectiva da solidariedade orgânica se materializou através das reivindicações junto ao poder público para oferta de cestas básicas, máscaras e produtos de limpeza, além de campanhas articuladas entre movimentos sociais e central única dos trabalhadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ideias expostas, consideramos importante concluir que, o trabalho doméstico remunerado é uma atividade desempenhada majoritariamente por mulheres que ocupam um lugar desigual da cadeia de ocupações. Apesar da regulação legal para garantia dos direitos às trabalhadoras domésticas, a redução de postos de trabalho ocasionada pela pandemia, provocou um acirramento nas formas de sobrevivência para a vida destas mulheres e de suas famílias. O emprego formal foi substituído por ações coletivas organizadas e de caráter assistencial.

O trabalho revela que o cenário do mundo do trabalho tem sofrido constantes mudanças na busca por superlucros. As trabalhadoras domésticas remuneradas representam um grupo, entre tantos grupos de trabalhadores que reivindicam espaço na garantia de direitos e reconhecimento por parte do Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Os sentidos da liberdade**: trajetórias, abolicionismo e relações de trabalho no Vale do Cotinguiba no pós-abolição (Sergipe 1880-1930). Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13355/Tese-camila-barreto-santos-avelino.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 abril 2024.

BRASIL. Censo do IBGE. 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 09 abril 2024.

Mapografia Social do Município de Aracaju. [S.l, S.n], 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OSERVATORIO-Mapografia-Social-de-Aracaju-para-o-Observatorio-Social-final.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023

MARTINS, Tereza Cristina. **Racismo, questão social e serviço social**: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. Brasília: Inscrita, n. 14, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/inscrita14-cfess-site> Acesso em: 28 ago. 2023.

MARTINS, Tereza Cristina. **Questão étnico-racial: seus nexos com o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira**. In: GONÇALVES, M. da C. V.; MARTINS, T. C. S.; SANTOS, V. N. (Orgs.). **Temas contemporâneos no Serviço Social: um convite à reflexão**. São Cristóvão: UFS, 2016.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. MDS. **Nota Informativa nº 2/2023 MDS/SNCF**: Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contr-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf>. Acesso em: 9 abril 2024.

ROCHA, Larissa Feitosa da. **Quem cuida de quem cuida**: o acesso de trabalhadoras domésticas à assistência social durante a pandemia de covid-19 em Sergipe. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. p. 52.